

10
Fundaçao
Poder
Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo sob a guarda da Associação Brasileira de Educação

1- APRESENTAÇÃO

A Portaria nº. 78, de 29 de julho de 2003, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, criou a Comissão Técnica de Avaliação, composta por Beatriz Moreira Monteiro (titular) e Clóvis Molinari (suplente) do Arquivo Nacional; Jayme Spinelli Júnior (titular) e Vera Faillace (suplente), da Fundação Biblioteca Nacional; Mônica Muniz Melhem (titular) e Francisca Helena Barbosa Lima (suplente) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para, sob a presidência da primeira, realizar estudos para a declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, tendo em vista a Resolução nº 17 de 25 de julho de 2003.

Por solicitação de João Pessoa Albuquerque, em 29 de junho de 2004, presidente da **Associação Brasileira de Educação** dirigida ao CONARQ, foi instaurado o processo nº 00321.000002/2004-DV, propondo a declaração de interesse público e social do acervo da ABE, sob a guarda/propriedade da própria Associação.

Em 3 de setembro de 2004, foi realizada visita técnica ao acervo pelos membros da Comissão, quando foram observadas suas condições de tratamento técnico e preservação.

Após a visita técnica, foi elaborado o presente parecer.

2 – O ACERVO

2.1 - Condições do acervo

A ABE possui um centro de documentação e de preservação da memória da entidade e da atuação de seus sócios. O arquivo ocupa duas salas na sede da instituição, localizada na rua México, 11 conj. 1402, Centro do Rio de Janeiro, e reúne fontes

10
Fundaçao
Poder
Beatriz
Vera
Francisca
Helena
Barbosa
Lima

diversificadas sobre a história da educação brasileira, que abrange o período de 1924 até os dias atuais, tais como: manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932); Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados (1959); inquérito do Ensino Secundário e Universitário; Anais das Conferências Nacionais de Educação; livros, atas das reuniões do Conselho Diretor e das Assembléias Gerais (transcritos e digitados); correspondências, a partir de 1924, recebidas e enviadas; publicações periódicas (Boletins, Revistas "Schola" e "Educação" e informes); recortes de jornais e revistas; documentos legais; documentos referentes aos eventos realizados; dossiês dos presidentes e de educadores abeanos e registros diversos referentes às associações filiadas, perfazendo um total de 9 metros lineares. Inclui também fotografias; fitas cassetes e de vídeo.

Apesar das 17 mudanças de sua sede ao longo dos anos, a documentação se encontra em bom estado de conservação – os documentos mais antigos foram encadernados e restaurados –, armazenados em 11 armários de madeira.

Os documentos estão organizados de forma temática e seu acesso se dá por meio de catálogos e base de dados própria. O atendimento a pesquisa é feito por meio de agendamento prévio.

2.2 - Ficha Técnica

Acervo Arquivístico

Gêneros documentais:

- Textuais (manifestos, inquéritos, anais, atas, correspondência)
- Iconográficos (fotografias, cartões postais, ilustrações, desenhos e gravuras)
- Audiovisuais (fitas de vídeo e cassetes)

Dimensão: 9 metros de documentos textuais, fotografias (550 aproximadamente); 159 fitas cassetes e 33 fitas de vídeo

Período: 1924 a 2004

Acervo Bibliográfico

Livros, periódicos sobre educação e filosofia

Dimensão: cerca de 2500

2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022

3 – HISTÓRICO

A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 16 de outubro de 1924 por um grupo de educadores liderados por Heitor Lira da Silva, com o intuito de se criar um espaço na sociedade civil para centralizar e dinamizar os debates intelectuais sobre as políticas educacionais elaboradas pelos estados e, mais tarde, em âmbito federal. Com sede na cidade do Rio de Janeiro é uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reúne professores e interessados em educação. Sua atuação se dá por meio de encontros, cursos, publicações e, principalmente, na realização de conferências e congressos. Caracteriza-se por defender a formação cultural e o aperfeiçoamento profissional do educador, através de cursos, Congressos e Semanas da Educação realizados em várias capitais e cidades brasileiras.

Em 1932, lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo que, pela repercussão alcançada em nossos meios educacionais e culturais, constituiu-se num acontecimento marcante na história da educação brasileira.

Os educadores de 1932 que assinaram o manifesto diziam que a escola tradicional estava instalada para uma concepção burguesa, deixando o indivíduo numa autonomia isolada e estéril. O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório.

A democracia no Brasil era um dos pontos importantes abordados no manifesto de 1932. A educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo a integração dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o governo federal deveria defender bases e princípios únicos para a educação, mas sem ignorar as características regionais de cada comunidade. O auge da atuação da Associação na política educacional nacional se deu até o ano de 1935, depois da Conferência desse ano (1935) os congressos da ABE se tornaram mais espaçados. Após o ano de 1945 (fim do Estado Novo) os educadores se integraram nas burocracias dos Estados ou faziam parte de outras instituições como sindicatos, associações profissionais, instituições religiosas e partidos políticos que tomaram a si a luta em torno das diretrizes e bases da educação nacional. Em 1967 realizou dois congressos voltados para a questão educacional: 13º

12
1982
Equipe
Editorial

J. S. Teixeira
3
D. C. C.
M. M. M.
H. H.

FIC 13
Rubro
Arquivado (data: 20/01/2021)

Congresso Nacional de Educação, cujo tema foi “Educação para o progresso científico e tecnológico” e o 1º Congresso Brasileiro de Audiovisuais.

A ABE continua a promover palestras, cursos e sessões solenes em homenagem aos educadores brasileiros consagrados e atuando junto a outras entidades como a Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado ao Ministério da Justiça. É procurada, com freqüência, por estudiosos interessados em desenvolver pesquisas para seus trabalhos de pesquisa e na preparação de teses de mestrado e doutorado.

4 - RELEVÂNCIA DO ACERVO

O pensamento educacional brasileiro teve, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, como forma de expressão a Associação Brasileira de Educação. Em seu acervo ficaram registrados as lutas e encaminhamentos dados pelos seus associados às discussões sobre as políticas educacionais do Estado. Com destaque no processo de debates para a criação do Ministério da Educação, em 1930, com o manifesto dos pioneiros da educação nova, que se transformou em um capítulo sobre Educação e Cultura da constituição que veio a ser promulgada em 1934. Até hoje preservado na sede da Associação, esse acervo oferece aos interessados na história da Educação brasileira o acesso a fontes diversificadas para a compreensão e estudo do Sistema Educacional Escolar no Brasil, bem como mantém o registro das sugestões da sociedade civil nas discussões sobre política educacional elaboradas pelo Estado.

5 - O MÉRITO

Após cuidadoso exame, e com base nos elementos acima relatados, esta Comissão recomenda a declaração de interesse público e social, por sua relevância histórica e cultural o acervo da ABE, com as seguintes ressalvas:

a – os efeitos da declaração devem alcançar apenas os elementos do Acervo Arquivístico (ver 2.2 – Ficha Técnica, deste parecer) já declarados permanentes até agosto de 2004, ficando excluídos os elementos referentes ao Acervo Bibliográfico e os caracterizados como de arquivo corrente;

b – a inserção de novos elementos ao acervo declarado como de interesse público e social está condicionada a sua avaliação, por agente habilitado, como de valor permanente e à apreciação desta Comissão de Avaliação do CONARQ.

Fábio
J. S. Bel
4
MMF Rec. D

CONARQ
14

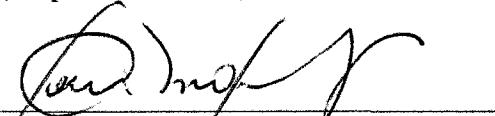
Isto posto, submetemos o presente parecer ao Presidente do CONARQ, nos termos da Resolução CONARQ nº. 17, de 25 de julho de 2003.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2005.

Beatriz Moreira Monteiro

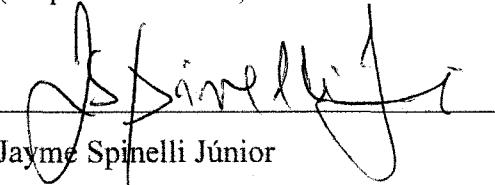
Beatriz Moreira Monteiro

(Arquivo Nacional)



Clóvis Molinari Júnior

(Arquivo Nacional)



Jayme Spinelli Júnior

(Fundação Biblioteca Nacional)

Vera Lúcia M. Faillace

Vera Lúcia Miranda Faillace

(Fundação Biblioteca Nacional)

Mônica Muniz Melhem

Mônica Muniz Melhem

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Francisca Helena Barbosa Lima

Francisca Helena Barbosa Lima

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)